

Especialistas de saúde discutem os impactos da doença na saúde e na economia durante o 21º Encontro de Líderes

“Vivemos uma emergência de saúde pública de interesse internacional com possibilidade de pandemia”, afirmou o subsecretário da subsecretaria de Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Alexandre Chieppe, durante o painel “Epidemias”, que tratou basicamente do zika vírus, no 21º Encontro de Líderes do Mercado Segurador, ocorrido na Bahia, entre 25 e 27 de fevereiro.

E entre os elementos complicadores da situação estão a concentração cada vez maior das pessoas em áreas urbanas, ideais para o desenvolvimento do mosquito; o aquecimento global, que aumenta sua área endêmica; o ainda baixo conhecimento científico sobre a doença e a desinformação, segundo o médico e comentarista da GloboNews, Luiz Fernando Correia, o outro participante do painel que foi mediado pela nova presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiro Mendes.

E se a falta de informações e de tecnologias eficientes para combater mosquito têm um grande impacto na saúde pública, a desinformação e o medo são os principais elementos de impacto econômico. “Com medo, as pessoas não consomem, não viajam”, afirmou Luis Fernando. E a desinformação faz com que o poder público, pressionado pela população, eventualmente adote medidas que não são, necessariamente, as mais eficientes. Este é o caso, segundo os dois debatedores, por exemplo, dos testes para detectar o vírus da zika, que tem eficácia limitada e, ainda assim, apenas após o 7º dia de contaminação, além de, muitas vezes, precisar ser repetido diversas vezes no mesmo paciente. Com um custo variando entre 800 e 2.000 reais em laboratórios privados e cerca de 20 dólares no setor público, a obrigatoriedade de oferecer o teste – como deve ocorrer na Saúde Suplementar – pode sugar recursos que poderiam ser direcionados a ações mais eficientes, afirmou Alexandre Chieppe.

Para combater a desinformação, as operadoras de planos de saúde têm muito a contribuir. Segundo Luis Fernando, elas sabem bem quem são suas beneficiárias grávidas por meio dos exames que estão sendo solicitados. Assim, podem contactar as gestantes e auxiliá-las na prevenção da doença. “A proatividade é a única saída para sairmos dessa crise”, afirmou. “As operadoras têm a responsabilidade social de ser uma canal de comunicação coerente e científico, ajudando a combater a desinformação”, complementou.

Fonte: [CNseg](#), em 29.02.2016.